

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.043 - SP (2019/0141226-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : ANA CRISTINA JARDIM DA COSTA - RJ138101  
ALEXANDRE GHAZI - SP299124  
**AGRAVADO** : SUELI SINZATO  
**ADVOGADO** : ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR - SP140493

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.
2. O recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional deve indicar o dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e demonstrar a similitude fática entre os acórdãos confrontados.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator